RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Desafios da educação inclusiva no ensino regular do 6º ao 9º ano em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Porto Grande, estado do Amapá

Challenges of inclusive education in regular education from 6th to 9th grade in a municipal school of the city of Porto Grande, state of Amapá

Lo Ruama De Sousa Silva[16]
Me. Tiago Caminha de Lima[17]

Submetido em: 27/06/2022
Aprovado em: 27/06/2022
Publicado em: 29/06/2022 v. 2, n. 1, jan-jun. 2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i1.319

RESUMO

O presente trabalho consiste numa avaliação dos desafios que as escolas municipais enfrentam no que tange a educação inclusiva, analisar os anseios e expectativas em relação ao tema através do olhar do professor. A Educação Inclusiva, ainda é um grande desafio a ser encarado atualmente, mesmo com as mudanças educacionais ocorridas ao longo da história do Brasil, principalmente, quando se trata, não apenas de incluir estudantes com deficiências em salas de aulas regulares, mas também, estabelecer relações eficazes que possam favorecer atendimento igualitário para todos independentemente da diversidade, para que eles se sintam, de fato, incluídos no contexto escolar e social. A presente pesquisa apresenta como objetivo geral: analisar se as escolas municipais e os professores que nelas atuam encontram-se (ou sentem-se) aptos para atender os alunos com deficiências e quais dificuldades eles sentem para oferecer a educação inclusiva. Como objetivos específicos: determinar os desafios enfrentados pelas instituições de ensino municipais do ensino regular no que tange a educação inclusiva; avaliar se os professores estão preparados e possuem suporte para a realizar sua prática docente no atendimento a esses alunos; investigar se a comunidade escolar está apta para assistir esse alunado; inquirir qual o envolvimento da família na educação inclusiva e determinar qual seu papel na mesma. A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica quali-quantitativa. Foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental que fundamentaram os estudos envolvendo a temática, além da pesquisa de campo que foi realizada em uma escola da rede municipal da cidade de Porto Grande/AP com os professores do 6º ao 9º ano que atuam com alunos com deficiências, a coordenação pedagógica e os pais ou responsáveis desses alunos. A pesquisa revelou pontos de vistas que hora se cruzavam e hora tomavam caminhos diferentes, revelou que a adaptação dos alunos especiais depende em grande parte das adaptações dos recursos materiais, didáticos, do comportamento e aceitação da comunidade escolar para com esses alunos, tornando o ambiente apto para acolhê-los. Evidenciou os anseios e dificuldades que alguns professores sentem no momento de ministrar suas aulas e conseguir inserir os alunos com especificidades nelas, por sentirem a falta de orientação que atenda a demanda por componente curricular. Revelou como a relação entre família e escola colabora para a efetividade da inclusão.

Palavras-chave: educação inclusiva; inclusão; gestão; professore; família.

ABSTRACT

The present work consists of an assessment of the challenges that municipal schools face regarding inclusive education, analyzing the yearnings and expectations regarding the theme through the teacher's eyes. Inclusive Education is still a great challenge to be faced today, even with the educational changes that have taken place throughout the history of Brazil, especially when it comes not only to include students with special educational needs in regular classrooms, but also, establish effective relationships that can favor equal care for all regardless of diversity, so that they feel, in fact, included in the school and social context. The present research has as its general objective: to analyze whether municipal schools and the teachers who work in them are (or feel) able to serve students with special educational needs and what difficulties they feel in offering inclusive education. As specific objectives: to determine the challenges faced by municipal teaching institutions of regular education regarding inclusive education; assess whether teachers are prepared and have support to carry out their teaching practice in serving these students; assess whether the school community

16 Licenciatura em Pedagogia, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Programa UAB.
17 Orientador.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

is able to assist these students; assess the family's involvement in inclusive education and determine its role in it. The research presents a qualitative-quantitative methodological approach. Bibliographic and documental research that supported the studies involving the theme were used, in addition to the field research that was carried out in a municipal school in the city of Porto Grande/AP with teachers from the 6th to the 9th year who work with students with disabilities. special needs, pedagogical coordination and the parents or guardians of these students. The research revealed points of view that sometimes crossed and sometimes took different paths, revealed that the adaptation of special students depends largely on the adaptations of material and didactic resources, on the behavior and acceptance of the school community towards these students, making the environment fit to welcome them. It highlighted the anxieties and difficulties that some teachers feel when teaching their classes and being able to insert students with specificities in them, because they feel the lack of guidance that meets the demand for a curricular component. It revealed how the relationship between family and school contributes to the effectiveness of inclusion.
Keywords: inclusive education; inclusion; management; teachers; family.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste numa avaliação dos desafios que as escolas municipais enfrentam no que tange a educação inclusiva, analisar os anseios e expectativas em relação ao tema através do olhar do professor. A Educação Inclusiva, ainda é um grande desafio a ser encarado atualmente, mesmo com as mudanças educacionais ocorridas ao longo da história do Brasil, principalmente, quando se trata, não apenas de incluir estudantes com deficiências em salas de aulas regulares, mas também, estabelecer relações eficazes que possam favorecer atendimento igualitário para todos independentemente da diversidade, para que eles se sintam, de fato, incluídos no contexto escolar e social.

É notório que a inclusão de alunos com deficiências é algo que ainda apresenta certos tipos de dificuldades, o intuito da pesquisa é abordar os desafios que os professores destas instituições enfrentam para realizar suas práticas pedagógicas, seus anseios e perspectivas sobre o assunto em questão, considerar também se a comunidade escolar em geral (gestão, coordenação pedagógica e todos os demais envolvidos) sentem-se aptos para atender esses alunos, se a escola tem estrutura para que este alunado sinta-se incluso.

A presente pesquisa apresenta como objetivo geral: analisar se as escolas municipais e os professores que nelas atuam encontram-se (ou sentem-se) aptos para atender os alunos com deficiências e quais dificuldades eles sentem para oferecer a educação inclusiva. Como objetivos específicos: a) determinar os desafios enfrentados pelas instituições de ensino municipais do ensino regular no que tange a educação inclusiva; b) avaliar se os professores estão preparados e possuem suporte para a realizar sua prática docente no atendimento a esses alunos; c) investigar se a comunidade escolar está apta para assistir esse alunado; d) inquirir qual o envolvimento da família na educação inclusiva e determinar qual seu papel na mesma.

Esta pesquisa apresenta-se a partir da abordagem metodológica quali-quantitativa, segundo Knechtel (2014, p. 106) a modalidade quali-quantitativa "[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)".

Foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental que fundamentaram os estudos envolvendo a temática. Com o auxílio de fontes bibliográficas que versam sobre a temática foi efetivada a construção do conhecimento teórico a respeito dela, gerando conhecimentos científicos significativos que podem assistir o foco da pesquisa.

A pesquisa documental foi utilizada como fonte de informações para contextualização e compreensão do objeto de estudo. Inicialmente, buscou-se aprofundar os conhecimentos sobre os conceitos básicos e referenciais teóricos norteadores da pesquisa, de forma a relacioná-los com o objeto da pesquisa. Discutindo-se assim os desafios da educação inclusiva no ensino regular das instituições de ensino municipais.

Minayo (1999) reforça que o produto da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa. Abordar um tema contemporâneo como educação inclusiva remete a superação constante das afirmações e/ou reafirmação de ideias, priorizando o conhecimento em novos olhares numa construção contínua, considerando que este tema está sempre recebendo novos olhares.

Também foi realizada a pesquisa de campo que foi em uma escola da zona urbana do município de Porto Grande/AP com os professores do 6º ao 9º ano que atuam com alunos com deficiências. Durante a pesquisa de campo foram realizadas a aplicação de entrevista, por meio de uma seleção de perguntas que nortearam a entrevista, juntos aos professores, a coordenação e aos pais dos alunos.

Partindo do anseio de se descobrir quais os desafios enfrentados pelas instituições de ensino municipais no que se refere a inclusão educacional de pessoas com deficiências no ensino regular, este estudo se estrutura em duas partes fundamentais. A primeira é referente aos aspectos metodológicos que deram origem à pesquisa. As afirmações dessa primeira parte são fundamentadas nos estudos de diversos autores que elaboraram conhecimentos a respeito da Educação Inclusiva no ensino regular, aspectos legais; práticas pedagógicas; formação docente e o envolvimento da família. A segunda parte é referente as discussões e resultados coletados no decorrer da pesquisa.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE DISCUSSÃO

Muito se ouve falar sobre educação inclusiva atualmente, mas afinal o que é educação inclusiva?! A Educação Inclusiva é uma mudança de paradigma que almeja uma educação transformadora em benefício de todos. Uma educação onde todos os alunos, mesmo com desempenhos diferentes, consigam alcançar o mesmo objetivo em sala de aula, ou seja, o aprendizado.

> Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

Partindo dessa premissa temos a ideia de que as crianças com deficiências devem ser incluídas em escolas de ensino regular, não somente as crianças como todo indivíduo de qualquer idade, no entanto apesar de leis e outros afins que visam garantir esse direito no papel, na prática nem sempre isso acontece; apesar que no ponto de vista pedagógico está inclusão possibilitar a interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto entre elas.

A educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade das necessidades dos alunos nas escolas comuns de ensino regular. Com isso, a inclusão determina que uma escola deve se ajustar a todas as crianças, em vez de esperar que determinada criança com deficiência se ajuste a escola. Mas, acima de tudo, é necessário que se entenda que a escola tem a tarefa de ensinar aos alunos a compartilharem o saber, os sentidos das coisas, as emoções; a discutir e a trocar experiências, conhecimentos e pontos de vista.

Nesse aspecto, a escola é o lugar ideal para a quebra de paradigmas e para a promoção do respeito às diferenças, o que ocorre com o convívio diário com a diversidade e não apenas por meio de discursos repetitivos impostos pela obrigatoriedade da integração dessa temática no currículo. No entanto, por vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem incluir as crianças com deficiências devido à necessidade de criar as condições adequadas para isso. Existe ainda um grande abismo entre o que deve ser feito e o que realmente está sendo praticado.

A inclusão é mais do que apenas garantir o acesso dos alunos nas instituições de ensino; busca também eliminar os obstáculos que limitam e dificultam a participação e aprendizagem no processo educativo. A partir dessa ideia é necessário avançar no sentido de tornar não somente reconhecidos, mas também protegidos e praticados os direitos tão reivindicados, para que desta forma a sociedade em geral possa contornar a "inclusão excludente". Cabe salientar que um dos direitos que auxilia a inclusão é o direito a educação de qualidade no ensino regular, que favoreça e priorize a autonomia sem distinções.

Algo que vale ser ressaltado é que a Educação Inclusiva embora caminhe de "mãos dadas" com a Educação Especial ambas não devem ser consideradas a mesma coisa. A diferença está no termo *inclusiva* uma vez que na educação especial o ensino é voltado exclusivamente para os alunos com alguma deficiência; enquanto na educação inclusiva, todos os educandos com ou sem deficiência tem a oportunidade de conviverem, interagirem e aprenderem juntos.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO E ASPECTOS LEGAIS

No contexto brasileiro a educação inclusiva é marcada por uma história de lutas e conquistas, o atendimento educacional as pessoas com deficiência no Brasil se deu a partir do século XIX, resultado de iniciativas oficiais e particulares isoladas de alguns educadores; no entanto nada em grande escala, isso seria apenas o "embrião" da educação inclusiva no Brasil; a preocupação com essas pessoas se deu um pouco mais tarde como afirma Brandenburg e Lückmeier (2013, p. 182): "A preocupação com as pessoas portadoras de necessidades especiais aqui no Brasil ocorreu somente no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX."

Ocorreram vários movimentos em prol das pessoas com deficiências que ganharam forças políticas e sociais, resultando em novas discussões e debates na sociedade civil e política, essas discussões influenciaram novas legislações e na elaboração de novas políticas públicas educacionais; no entanto as maiores conquistas da educação inclusiva no Brasil se deram a partir dos anos 90. No quadro 1, a seguir, consta os marcos históricos e aspectos legais:

Quadro 1. Contexto histórico mundial referente a Educação Inclusiva.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1990 - Lei nº. 8.069/90: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) ratifica os dispositivos legais supracitados ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Também em 1990 é lançada uma "Declaração Mundial de Educação para Todos" e documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

1994 – Declaração de Salamanca: Define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação. A partir daí, passou-se a considerar a inclusão de estudantes com deficiências, tanto nos espaços sociais quanto em salas de aulas regulares, como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, considerando as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação. Neste mesmo ano, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial orientando o processo de integração nacional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais.

Essa política condiciona o acesso dos estudantes com deficiências às classes comuns do ensino regular, no entanto, não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantem apenas a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial.

1996 – LDB: A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades; assegura o término específico àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Essa lei atribui às redes de ensino o dever de disponibilizar todos os recursos necessários para o atendimento igualitário entre os estudantes com deficiências e os demais estudantes.

1999 – Decreto nº 3.298: Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Esse decreto enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

2001 – Resolução CNE/CEB: Determina no artigo 2º que: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". Promovendo a eliminação das barreiras que impede o acesso à escolarização. Neste mesmo ano, é criado o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, destaca que "o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana".

2002 – Formação Docente; Libra Reconhecida; Braile em classe: Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, o que se observa é o despreparo dos docentes para se trabalhar com esta demanda, pois, geralmente, os cursos de formação de professores não têm possibilitado aos docentes uma formação/preparação para a prática da Educação Inclusiva. A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, devendo esta ser parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Em relação ao Braile em classes, houve a portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova normas para o uso, o ensino, a difusão do Braile em todas as modalidades de Educação.

2003 – Inclusão se Difunde: É implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos à escolarização, a oferta do atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2004 – Diretrizes Gerais: O Ministério Público Federal publica o documento "O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular", reafirmando o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular. Tem-se também o Decreto nº 5.296/04 que regulamentou as leis nº10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; tendo por objetivo promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.
2005 – NAAH/S - Implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, cujo objetivo é o atendimento educacional especializado, a orientação às famílias e a formação continuada aos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.
2006 – Direitos Iguais: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Proporcionando as pessoas com deficiência o acesso ao ensino inclusivo em todas as modalidades de ensino.
2007 – PDE - Decreto nº 6.094: Para a implementação do PDE é publicado o decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
2008 – Decreto 6.571: É criado para a sustentação da política denominada de "Educação Inclusiva" o qual "dispõe sobre o atendimento educacional especializado e modifica as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)". Cujo objetivo desse decreto é garantir recursos àqueles estudantes que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo atendimento educacional especializado.
2009 - Resolução n.º 4: Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e estabelece as formas possíveis desse atendimento.
2012 - Lei nº 12.764: é promulgada a Lei nº 12.764, em âmbito nacional, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e, na esfera estadual, a Lei nº 14.789, que estabelece no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência.
2014 – Lei 13.005/2014: O sistema educacional inclusivo, em todos os níveis, etapas e modalidades do ensino, é assegurado pela Lei 13.005/2014, apoiada pelas deliberações da Conferência Nacional de Educação, que determina aos Estados, Distrito Federal e Municípios o atendimento às necessidades específicas na educação especial, universalizando o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos.
2015 – Nota Técnica nº 20 do MEC: Ainda em referência à Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, regulamentada pelo Decreto n° 8368/2014, em 2015, é emitida a Nota Técnica nº 20 do MEC, que traz orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7° da referida lei.
2016 - O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Guia de Atuação do Ministério Público: Pessoa com Deficiências: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 2016, que apresenta sugestões de atuação visando à implementação do direito das pessoas à educação inclusiva.

Elaborado: Silva, 2022.
Fonte: Cartilha_Educao_inclusiva_lI_2_EDIO_DIA_29-03, disponível no site www.mppe.mp.br. Acessado em 03 de janeiro de 2022

É importante destacar que um dos marcos desse período foi no ano de 1961, quando ocorreu a inovação da LDB, que promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), garantindo as pessoas com deficiência o direito a frequentar as escolas regulares em caráter de integração. No decorrer dos anos foram surgindo mais avanços e garantias

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

em relação a educação inclusiva no Brasil.
Nesta seção foram apresentados alguns aspectos legais que norteiam a educação inclusiva como direito da pessoa com deficiência, apresentam principalmente as leis e direitos garantidos a partir da década de 1990 no Brasil e no mundo.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Na atualidade a formação docente abrange a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, seu principal objetivo é preparar os docentes para os desafios que encontrará no cotidiano de sala de aula; uma vez que as escolas de ensino regular devem garantir o acesso, permanência e conclusão de todos os estudantes independente das diversidades encontradas no meio educacional, contudo a permanência de alunos portadores de alguma deficiência no ensino regular, depende de uma pluralidade de práticas docentes e não docentes, para que o educando sinta-se incluído.
Incluir novas práticas no âmbito pedagógico das instituições de ensino não é tarefa fácil, considerado que para isso há a exigência de determinado saber de todo corpo docente, o que demanda capacitação específica, a fim de desenvolver práticas e adaptar os currículos aos planejamentos, bem como adequar procedimentos de ensino às competências e habilidades individuais e coletivas dos alunos. Para tanto, pede-se uma reflexão a respeito das limitações e dos ritmos de aprendizagem de cada estudante. Para Papim, Araújo, Paixão e Silva (2018) cabe ao professor fazer uso de estratégias para realizar uma metodologia satisfatória que seja capaz de assistir à educação inclusiva.
A prática docente é compenetrada de intencionalidade, que não se restringe apenas aos aspectos didáticos e metodológicos de ensino e aprendizagem, ela deve se articular como prática social, sendo assim é necessário que as práticas docentes sejam flexíveis, com a finalidade de atender as necessidades dos alunos, uma vez que atender as necessidades desses alunos faz parte das recomendações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), para que isso aconteça é de suma importância que todos do meio escolar como professores, coordenação pedagógica, direção e comunidade escolar estejam dispostos a renovar e reinventar seus métodos; buscando novos recursos e aliando estes a teoria da qual já possuem conhecimento, sempre em busca de caminhos para o ensino e aprendizagem de todos os alunos.
Partindo dessa ideia a prática do docente é objeto de uma verdadeira e constante transformação, sendo que o docente precisa estar sempre se atualizando haja vista que muitos profissionais em sua formação inicial tiveram pouco ou nenhum conhecimento sobre a prática da educação inclusiva, com isso em sua prática devem ser elencadas perspectivas de domínio teórico e prático ligados ao processo ensino-aprendizagem, principalmente quando nos referimos a inclusão escolar.
A formação docente e a formação continuada de modo geral são muito discutidas, considerando a grande necessidade que existe de resolver os problemas que assolam a educação brasileira:

> [...] essas discussões carecem de políticas públicas serias e continuadas, a fim de resolver os problemas que assolam a educação brasileira, comprometendo seriamente o processo educativo desenvolvido nas escolas. Esse compromisso deveria se tornar ainda mais contundente, no contexto das políticas de inclusão, pois essa necessidade torna-se mais premente ao considerarmos os altos índices de evasão e não aprendizagem dos alunos que frequentam a escola, bem como, a desmotivação que atinge a categoria dos professores. (INGLÊS ET. AL. 2014, p, 461)

Neste sentido os cursos de formação e formação continuada de professores tem grande relevância nesse processo, pois através destes se abrirá oportunidades para o conhecimento e respeito a diversidade, corroborando também para a abertura e flexibilidade das escolas com o intuito de atender as necessidades dos alunos.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas são instrumentos que auxiliam as instituições de ensino a alcançarem seus objetivos de aprendizagem, segundo Carvalho (2014, p.108), assimila-se que a escola é o cenário mais adequado para a instrução do qual devem participar os todos os grupos de indivíduos, como dentre eles, o das pessoas com deficiências que historicamente são percebidas como incapazes de aprender.
Entretanto, apenas inserir esses estudantes no sistema regular de ensino não atenderá às proposições do paradigma da educação inclusiva. Para isso é necessário que haja transformação da escola, entre outros, no sentido de adequar sua prática pedagógica para garantir a efetiva participação de todos os alunos em todas as atividades do processo de ensino e de aprendizagem, com qualidade, destacando-se a sala de aula como ambiente principal para contemplar as questões da diversidade.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A respeito das práticas pedagógicas, a inclusão:

> [...] não prevê a utilização de práticas/métodos de ensino escolar específicos para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esse limite e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, mas de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações e não apenas os seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados (MANTOAN, 2015, p. 69).

Na perspectiva da inclusão, a reorganização e efetivação da proposta requerem, entre outras medidas, a construção de novas dinâmicas educativas, uma reestruturação pedagógica para se ensinar a turma toda, respeitando as diversidades, uma reconstrução que vá além da inserção de apoios e de práticas pedagógicas específicas.
A complexidade do processo reforça a importância de se refletir sobre como as práticas pedagógicas contemplando as questões da diversidade e da inclusão dos alunos com deficiências nas classes regulares do ensino e de se pensar e explicitar o funcionamento e a articulação ou não das atividades regulares da escola com a sala de recursos multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). As práticas pedagógicas numa escola inclusiva precisam:

> [...]refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que numa escola tradicional. A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais, se ajuste à escola (integração). De acordo com a Declaração de Salamanca, sobre necessidades educacionais especiais, 'aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades. (PACHECO, 2007, p. 15).

Quando a escola se propõe a trabalhar baseada na inclusão, ela deve expressar em seu documento norteador a organização e as propostas do trabalho pedagógico, que se refere a dinâmica da sala de aula, o trabalho do docente, a ação da gestão escolar e coordenação pedagógica em conjunto com os pais, pesquisadores, docentes e servidores técnicos, com o objetivo de acolher, respeitar e valorizar a diversidade que se apresenta, possibilitando a participação de todos em suas práticas pedagógicas cotidianas.
Nesse viés, é válido salientar que as práticas pedagógicas na escola inclusiva requerem adaptação curricular, objetivando diminuir as barreiras da aprendizagem e elevar as oportunidades educacionais para todos, exigindo que o educador constantemente realize análises acerca das limitações curriculares e do contexto educacional como um todo, para que aconteça a inclusão escolar.

2.4 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Kelman (2010, p. 38) destaca que "A família é o primeiro e provavelmente o principal grupo social em que convivemos, pois é nela que o indivíduo aprende a conquistar a individualidade e independência". Sendo assim a família constitui o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento do ser humano, na qual um membro está interligado ao outro.
O nascimento ou surgimento de alguém com uma deficiência gera impactos sobre a estrutura familiar, uma vez que nem sempre se está preparado para enfrentar tal situação, compreender e aceitar que se tem um filho com deficiência constitui um processo que vai além do mero conhecimento do fato.
A assimilação dessa situação, leva um tempo e, em determinados casos, jamais chega a ser completa. Existe sempre um sentimento de perda quando se tem um filho com deficiência: os pais têm de abdicar da expectativa, que todo pai nutre, de se ter um filho sem nenhuma dificuldade; até mesmo um filho ideal e perfeito.
Contudo se faz necessário que a família aceite e compreenda a deficiência da criança e por sua vez a necessidade que está possui de receber atenção e atendimentos especializados, compreendendo que o acolhimento da família é de suma importância para o desenvolvimento da autonomia e independência da criança com deficiência, uma vez que é dentro do ambiente familiar que se inicia o exercício de sua dignidade como pessoa. Os pais possuem papel determinante, portanto, no processo de possibilitar às suas crianças interagir com o meio físico e social, respondendo às exigências necessárias à sua adaptação ao mundo.
Relativo à educação inclusiva o papel da família é essencial para o desenvolvimento desta educação, haja vista que a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

família e a escola, constituem-se como as principais instituições para suscitar os processos de desenvolvimento dos seres humanos, agindo como propulsores do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Esses dois contextos exercem forte influência na vida de uma pessoa com desenvolvimento atípico. A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego, 2003). Pode-se dizer que tanto uma como a outra têm a responsabilidade de transmitir e construir no indivíduo o conhecimento culturalmente organizado, transformando os modos de funcionamento psicológico, conforme as possibilidades de cada ambiente.

No entanto, "À primeira vista, incrementar a participação dos pais significa visualizar a escola como um espaço democrático em que as pessoas podem exercer a sua cidadania" (ZANELLA *et al*, 2008, p. 132). Tal afirmação contrasta-se com a realidade, pois percebe-se que a relação escola-família, especialmente nas escolas públicas, ainda se encontra em passos lentos e de forma conflitante, seja pelo chamado "desinteresse da família", seja pela impotência dos profissionais da educação em efetivar essa relação.

Cabe salientar que é papel das instituições de ensino sensibilizar os pais/responsáveis para a participação na escolarização das crianças, pois se sabe que se depender apenas da família essa relação não acontece, visto que ela pode vir com justificativas de que não tem conhecimento suficiente para participar da escolarização dos filhos e de que esse processo de educação escolar é função da escola e de seus profissionais (GIUNTA; LINHARES, 2009).

Partindo dessa premissa, essa sensibilização se faz necessária uma vez que muitos casos de deficiências, principalmente as intelectuais, são identificadas pelos profissionais da escola, docentes e pedagogos, mas cabe a família buscar ajuda especializada para que haja o diagnóstico e assim a criança possa receber o atendimento educacional inclusivo, para que o professor trace métodos de ensino de acordo com sua necessidade.

A organização familiar no processo de inclusão é indispensável no contexto escolar. A partir desse pensamento Sassaki (1999) afirmar que envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre ambas, um sistema de comunicação; os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; as famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar. A relação entre família e escola, possibilita o desenvolvimento de ações em parceria, construindo coletivamente uma relação de diálogo mútuo, para que possam juntas enfrentar os desafios que a sociedade atual impõe a todos. Quando unidas pelo mesmo motivo em prol do desenvolvimento integral do aluno em todos os aspectos (cognitivo, afetivo, social, psicomotor), do conhecimento das diferenças individuais, respeito às diversidades, considerando-o como um ser ativo com capacidade de se desenvolver plenamente, e no seu ritmo, seja no ambiente escolar seja no familiar, ambas as instituições contribuirão para o desenvolvimento de uma comunidade menos excludente.

A relação escola-família é primordial para o desenvolvimento da criança com deficiência, a criança precisa sentir-se assistida tanto pela escola como por seu meio familiar, sendo assim é fundamental que sem transferir culpas ou responsabilidades, a família e a escola descubram o verdadeiro sentido entre elas. A escola deve ser pensada como a conexão entre a família e a sociedade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR DO 6º AO 9º ANO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL

3.1 Caracterização da escola investigada

A escola pesquisada, está localizada na zona urbana do município de Porto Grande, Estado do Amapá, jurisdicionado a Secretaria Municipal de Educação, é mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Grande/AP, inscrita no CNPJ nº. 01.809.161/0001-93. Iniciou suas atividades 26 de julho de 1966, para atender às crianças do então Distrito de Porto Grande, o qual pertencia ao município de Macapá. Inicialmente atendia 55 (cinquenta e cinco) alunos, distribuídos em 02 (dois) turnos (matutino e vespertino). E a partir de 1974 passou a funcionar nos 03 (três) turnos.

Hoje a escola apresenta a seguinte estrutura física, representada no quadro a seguir:

Quadro 2. Estrutura física da escola pesquisada.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Direção	01
02	Secretaria	01
04	Supervisão	01

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

04	Sala dos professores	01
05	Salas de aula	15
06	Sala de informática	01
07	Auditório	01
08	Biblioteca/Sala de Leitura	01
09	Cozinha	01
10	Ginásio	01
11	Banheiro para alunos	03
12	Banheiros para funcionários	02
13	Sala do projeto 10	01
14	Sala do AEE	01
15	Depósitos	03
16	Anexo	01

Elaborada pela autora, 2022.
Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola.

A escola conta com o apoio de cuidadores para auxiliar os alunos com deficiências e os professores dentro de sala de aula. Em sua estrutura física possui banheiros adaptados, sala de informática para alunos especiais, em determinados locais rampas de acesso e da mesma forma barras de orientação em determinados espaços, a escola tem feito várias alterações em seu ambiente físico para receber alunos com a mais diversas especificidades, embora ainda falte alguns pontos a serem corrigidos a escola encontra-se no caminho certo.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa contou com a participação de 3 (três) professoras que atuam na escola do 6º ao 9º ano, e trabalham diretamente com alunos com deficiências; após o convite feito aos professores que trabalham nessas séries apenas essas 3 (três) professoras concordaram em participar da pesquisa. A primeira professora leciona a disciplina de Língua Portuguesa no 8º e 9º ano, que será identificada por **PROF. 1**, a segunda professora leciona a disciplina de Matemática no 6º e 7º ano, que será identificada por **PROF. 2** e a terceira professora leciona a disciplina de Ciências no 6º e 7º ano, que será identificada por **PROF. 3**.
Conta também com a participação da Coordenadora do AEE (Atendimento Educacional Especial), respondendo ao questionário referente a gestão e coordenação. A coordenadora será identificada por **COORD.,** essa participante trabalha diretamente com o atendimento aos alunos com deficiências, as famílias desses alunos e os professores do ensino regular, mediando o trabalho entre eles. A escola possuir uma coordenadora direcionada especificamente para essa área, é evidentemente um avanço para a Educação Inclusiva no contexto educacional dela.
A pesquisa contou também com a participação da família, no entanto na busca por relatos da família e de sua participação na educação de seus filhos no que se refere a educação inclusiva obtive resposta de apenas uma família, porém seus relatos foram de fundamental importância para o seguimento da pesquisa, será identificada por **FAMÍLIA**. A aluna possui laudo diagnosticando transtorno do espectro autista (TEA); o integrante da família a participar da entrevista foi a mãe da aluna. A aluna frequenta a escola onde foi realizada a pesquisa desde os 4 (quatro) anos de idade, tendo sua trajetória estudantil somente na referida escola.
Mercadante et al. (2007) relata que o autismo é um transtorno do desenvolvimento que se manifesta de maneira gradativamente por toda a vida, e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Sua classificação determina grupos e configura uma síndrome que apresenta várias denominações, podendo citar entre elas: TGD (transtorno global do desenvolvimento), TID (transtorno invasivo do desenvolvimento) e TEA (transtorno do espectro autista). A pessoa com transtorno do espectro do autismo (TEA) passa a ser considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais a partir da portaria da Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012; passando a gozar de todos os direitos legais, inclusive a educação no ensino regular.

3.3 ENTREVISTA REALIZADA JUNTOS AOS PROFESSORES DA ESCOLA PESQUISADA

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Analisando as respostas referentes a questão 1 (quadro 3), é notório que as três participantes definem a educação inclusiva como uma educação que insere todos em um mesmo ambiente de sala de aula, independentemente de sua especificidade, é uma janela de oportunidades onde o aluno com deficiência faz parte do todo, sentindo-se realmente inserido na sociedade.

Embora em um momento de desabafo a **PROF. 1** relatou que em seu ponto de vista, analisando a educação hoje, ela ainda não a considere uma educação inclusiva, acredita que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Para Carvalho (2000), a compreensão do conceito de inclusão passa obrigatoriamente pela remoção de uma série de obstáculos que se impõem frente ao processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 3. Entrevista com os professores, questões de 1 a 4.

Questão 1. O que você define por educação inclusiva?	**Prof. 1 -** Quanto a educação inclusiva. Eu tenho por educação inclusiva, uma educação que abre portas para todos, acessível a todos. No entanto, se eu for definir se nossa educação hoje é inclusiva; eu não considero inclusiva, porque eu acredito que ainda falta muita coisa para que um aluno seja de fato incluído de acordo com suas necessidades; no que tange ao ambiente, materiais específicos que não temos muito. Cada disciplina tem suas dificuldades e a escola infelizmente não tem muito esse aparato a eles. Tanto na estrutura física, que ainda é muito insuficiente, quanto aos meios didáticos, que de fato traga eles pra mais perto. Para que eles realmente entendam nossas aulas. Ainda precisa melhorar bastante. **Prof. 2 -** É inserir os alunos com necessidades especiais no contexto educacional, por exemplo eu sou professora de matemática e a melhor maneira depois de ler os relatórios dos meus alunos com as necessidades especiais é verificar a melhor maneira de estar inserindo-os no cotidiano dos outros alunos em sala de aula. **Prof. 3 -** É a educação direcionada a pessoas com deficiências, seja ela de qualquer natureza física ou intelectual.
Questão 2. Em sua formação inicial a temática sobre educação inclusiva já era abordada?	**Prof. 1 -** Sim, mas da época da graduação até os dias atuais não houve tantas mudanças. **Prof. 2 -** Não era abordada ainda, nem se falava ainda. Os alunos especiais inclusive quando eu iniciei, tinham uma sala onde alguém que tinha feito a formação, era que auxiliava eles. Ainda havia essa inclusão em sala de aula. Tanto que vários professores quando iniciou a educação inclusiva enfrentou tamanha dificuldade, primeiro em saber como lhe dar com as dificuldades deles, porque hoje temos acesso a relatórios, acaba de um ano para outro aprendendo um pouquinho com os que fizemos atendimento em séries anteriores, mas antigamente não. Às vezes não tínhamos nem acesso a estar perto deles, era tudo separado. **Prof. 3 -** Não.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 3. Você realizou alguma capacitação ou formação continuada envolvendo a temática?	**Prof. 1 -** Na verdade ainda encontro muita falha eu acho que a nossa mantenedora, a SEMED, ainda é muito insuficiente nessa questão desse preparo, dessa formação. Nunca recebi nenhum tipo de formação em relação a educação inclusiva aqui no município. Às vezes o que temos é o que corremos por fora e consegue resolver alguma coisa. **Prof. 2 -** Para falar a verdade, capacitação não. Nós recebemos orientações, mas essa capacitação é importante, porque muitas vezes não sabemos como lidar com as dificuldades que os alunos enfrentam para ter o conhecimento da nossa disciplina. **Prof. 3 -** Não
Questão 4. Qual sua opinião sobre a educação inclusiva no ensino regular?	**Prof. 1 -** Na minha opinião, o aluno no ensino regular. Eu enfrento essa barreira, quando ele é acompanhado por um único professor é mais fácil, mas eu acho que quando o aluno entra no fundamental 2, no 6° ano quando cada disciplina passa a ter um professor; eu acho que eles enfrentam um pouco de dificuldades. Primeiro que para o aluno "normal" já sente esse impacto de sair do fundamental 1 para o 2, e para os especiais a dificuldade se torna um pouco maior, eles recebem isso com bastante impacto. E na maioria das vezes, como trabalhamos com disciplinas específicas, português ainda acho uma área boa pra trabalhar com eles, eu consigo trabalhar várias coisas: textos, questão da visualização, de escrita. Porém tem disciplinas que eu considero ser mãos difíceis trabalhar, no meu ponto de vista; não que seja impossível, cada professor sabe da dinâmica das suas aulas. Mas eu acredito que emperra um pouco quando passa para o fundamental 2. **Prof. 2 -** Na minha opinião, é extremamente necessária essa nova roupagem que nos veio dada, de trabalhar com os alunos em sala de aula. Claro, tendo a oportunidade de estar com o cuidador, por quê? Porque nós vamos fazer uma didática diferenciada para eles, que eles possam estar inseridos no nosso contexto, mas que não se sintam diferentes. Eu acho que o ápice inicial para eles terem a capacidade de ir para a frente, é saber que eles estão inclusos, que fazem parte do processo no ensino regular. **Prof. 3 -** Considero de grande importância, para que possibilite os direitos das pessoas especiais.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Tomando como base as questões 2 e 3 (quadro 3), apenas uma participante alega ter sido abordada essa temática em sua formação inicial, contudo ela também afirma que não viu grandes avanços até os dias atuais. Em relação a formação continuada ou capacitação todas afirmam não ter participado de formação continuada ou capacitação, o que segundo duas das participantes afeta muito o desenvolvimento das suas atividades, por nem sempre saber qual a melhor forma de assistir os alunos com especificidades, sendo que essa formação é essencial.

Sassaki (1998) destaca em seu pensamento que os professores precisam desenvolver competências e capacidades que lhes habilitem transformar o processo ensino e aprendizagem com o objetivo da inclusão. Esta transformação implica na união de esforços com o objetivo de se efetivar as ações de inclusão a partir da mobilização e adequação de recursos materiais, de estratégias didáticas e dos sistemas avaliativos.

Em relação à questão 4 (quadro 3) as professoras 2 e 3 **(PROF. 2 e PROF. 3)** consideram ser de suma importância que o aluno especial integre o ensino regular, no entanto a professora 1 embora não tenha "aprovado" também não "reprovou" a participação do aluno especial no ensino regular, mas afirma que ela considera ser mais fácil para o aluno quando o mesmo é acompanhado apenas por um professor (situação que ocorre no fundamental I), ela acredita que quando o aluno precisa encarar o fundamental II onde é assistido por mais de um professor, acaba "emperrando" um pouco no seu aprendizado.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Quadro 4. Entrevista com os professores, questões de 5 a 9.

Questão 5. Em sua sala de aula há alunos com necessidades educacionais especiais? Se sim, essa foi a primeira vez que teve contato com esse(s) alunos(s) em sala de aula?	**Prof. 1 -** Sim, possuo 2. Sendo que um tenho mais conhecimento e já sei como trabalhar com ele, uma vez que já tive contato com eles em anos anteriores. Contudo a aluna nova, ainda estou em processo de observação. Já percebi algumas coisas e a mãe se prontificou em vir conversar comigo, espero continuar com essa interação professor/família. **Prof. 2 -** Sim, uma aluna. Não foi a primeira vez que tive contato, todos os anos tenho contato com alunos com necessidades especiais. **Prof. 3 -** Há sim, tive contato na primeira semana de aula.
Questão 6. A aula que você dava para ele tinha que ser diferente? Quais adaptações você fez no currículo, sala de aula, espaço físico, nas atividades ou em alguma outra coisa?	**Prof. 1 -** Sim, são totalmente diferentes tendo em vista a dificuldade de cada aluno. **Prof. 2 -** Na verdade a aula tem que ser muito diferente sim, tem que ser voltada de acordo com a sua necessidade, primeiro precisamos saber a capacidade motora, cognitiva, qual idade. A partir do momento que sabemos de que idade, se ela já possui bem desenvolvida a audição, a capacidade de falar ou se está ainda em fase de aprendizado de falar, porque a parte psicológica de alguns deles é de criança mesmo é voltada para séries iniciais, primeiro e segundo período. Então é necessário saber como lhe dar, ler sobre isso, e preciso adequar, não vou dizer o conteúdo, mas sim a disciplina voltada para o intelectual deles, a que idade difere para poder inseri-los com outros alunos. **Prof. 3 -** Sim. As atividades eram impressas e com metodologia diferenciada.
Questão 7. Como você avaliou o	**Prof. 1 -** Pude observar uma evoluída no aluno que já tive contato, no entanto com a pandemia houve uma quebra de dois anos, no 6° ano esse aluno era muito retraído e percebi que a interação em sala melhorou muito. **Prof. 2 -** Nos dois anos de pandemia não foi possível ter muito contato com os alunos, só através de apostilas, mas como o município é pequeno, o que a gente acaba percebendo é que o aluno a medida do material que apresentamos a eles e a maneira que abordamos aquele conteúdo; ele consegue se aproximar mais ou menos da gente. Às vezes essa diferença que a gente não consegue dar para que eles interajam com a gente, até consigam se divertir com o que trabalhamos. Eles ficarem alegres pode ser um bloqueio ou não para eles estarem com a gente, mais próximos. **Prof. 3 -** Em tempos de pandemia não tive muito retorno, pois não tivemos muitos retornos das atividades

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 8. Os demais colegas interagiam com esse aluno?	**Prof. 1 -** Sim, eu vejo assim que os colegas às vezes querem copiar para esse aluno. No entanto busco meios para ele não se apoiar na ideia de que sempre alguém vai copiar para ele. **Prof. 2 -** Eu vou falar desse ano. Eu acho que ainda falta muito por parte da coordenação do AEE e das pessoas que estão mais à frente do que a gente essa integração, porque nós temos um conteúdo programático a cumprir com os demais alunos. Eles almejam, a maioria deles, fazer o ENEM, claro né? Eles precisam ter a carreira. E o que eu percebo é que como acaba sendo conteúdos diferenciados, a não ser no caso de o aluno ser necessidades especiais físicas, se for só física não, acontece. Eu já trabalhei com aluno que era só a parte física e a interação é igual. Tinha agora pouco um aluno aqui na sala igual, tido é passado igual. A parte intelectual é igualzinha a dos outros, ele tem uma deficiência na perna, esse outro aluno era uma deficiência total, a cabeça, os membros inferiores e superiores; mas ele estava integrado na turma, estava inserido. Porque a parte intelectual dele era igual a dos outros e os outros abraçam, acolhem, ajudam, levavam para o intervalo, para o lanche, para fazer a higiene; porque tinha dificuldade física e não a psicológica que era igual a deles. **Prof. 3 -** Sim.
Questão 9. Enquanto professor o que você sentiu ministrando aula para esse aluno?	**Prof. 1 -** Comentei com minha coordenadora que me incomoda muito o fato de ter que deixá-los a parte, porque vezes acontece; pois como ele não acompanha o conteúdo, e quando tu não se interessas pelo aluno acaba deixando-o a parte da aula. Então isso para mim não é legal. Eu como professora, não me sinto satisfeita em fazer isso. Eu procuro meios de trazer ele o mais próximo possível, por mais que eu saiba que não vou trabalhar diretamente aquele mesmo conteúdo, tem conteúdo que dá para ser trabalhado com todos. Procuro mantê-los em um nível de interação entre todos. **Prof. 2 -** Muita dificuldade, ainda tenho dificuldades porque a gente de início não sabe até onde consegue alcançar o aluno. **Prof. 3 -** Sinto dificuldade, pois não fui preparada para isso.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Nas questões 5 e 6 (quadro 4) as participantes afirmam trabalhar em turmas que possuem alunos especiais, e que sua dinâmica com eles deve ser totalmente diferente dependendo da especificidade, porque quando é física quase não há alterações em seus planejamentos, porém quando é intelectual as alterações são significativas. Na questão 7 (quadro 4) apenas a **PROF. 1** fez uma análise do desenvolvimento do seu aluno, uma vez que conseguiu ter contato com ele antes da paralização de dois anos por conta da pandemia do COVID-19, ela percebeu que embora esse tempo afastado da escola o aluno foi capaz de continuar evoluindo. Na questão 8 (quadro 4) de forma unanime as participantes afirmam que os alunos com especificidades são bem aceitos por seus colegas de classe, eles são receptivos e prontos a ajudar.
Em relação à questão 9 (quadro 4) as participantes afirmam sentir dificuldades em ministrar suas aulas, a **PROF. 1** diz não se sentir satisfeita quando não consegue inserir o aluno com especificidade no contexto da sua aula, acredita que mesmo sem querer acabar deixando- o de lado. A **PROF. 2** alega que sua maior dificuldade e em não saber de início até onde consegue alcançar o aluno e a **PROF. 3** manifesta sua dificuldade em não ter sido preparada para tal situação. Embora as respostas sejam distintas e possível notar como elas se relacionam a falta de formação continuada ou a capacitação para assistir esse alunado.
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no Art. 59 ressalta que:

> **Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
>
> I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996).

O que se observa é que as disposições legais estabelecem que o sistema de ensino deve assegurar as condições necessárias à inclusão, entretanto, a realidade que se apresenta na voz das participantes não é essa, uma vez indagadas sobre terem suporte necessário para ministrar suas aulas na questão 10 (quadro 5), elas alegam não possuir esse suporte, fato ressaltado também nos pontos negativos expostos por elas na questão 11. Ainda na questão 11 (quadro 5), os pontos positivos estabelecidos por elas, de forma unanime, é a educação inclusiva possibilitar a participação de todos em um mesmo contexto escolar, sem distinções.

Quadro 5. Entrevista com os professores, questões de 10 a 12.

Questão 10. Você acredita ter suporte necessário para ministrar uma aula inclusiva?	**Prof. 1 -** Não, eu não possuo suporte. A escola tem melhorado bastante, com equipamentos, computador, impressoras. Alguns anos atrás não possuímos nada disso. Algumas coisas melhoraram, mas ainda há muito a ser feito. **Prof. 2 -** Não, porque, infelizmente, a educação inclusiva ela vem de cima para baixo não é, a gente não tem uma preparação, como já foi falado. É falado sim, alguns aspectos, relatórios como a gente deve trabalhar, vídeos, mas assim a gente coloca a mão na massa mesmo e ter um momento voltado para eles; porque a nossa aula nós somos sobrecarregados, então nós temos 4 aulas, são 4 aulas com
	a quantidade total dos alunos, nós não temos um tempo, se a gente parar um pouquinho para dedicar a eles, os outros começam a perturbar, principalmente o aluno autista, ele não se sente confortável com muito barulho, então nessa questão aí não. **Prof. 3 -** Não.
Questão 11. Quais aspectos você indicaria como positivos e negativos quanto a inclusão educacional?	**Prof. 1 -** Positivos: a questão da inclusão em si já garante tudo, já fala tudo. Essa possibilidade de poder por todos em uma sala de aula. Negativos: vejo que muitos desses conceitos ainda estão na parte da teoria. Quando observamos a prática, bem ao que ainda falta muita coisa para evoluir juntamente com o aluno. Às vezes queremos fazer muito mais, mas ao mesmo tempo não nos sentimos preparados para fazer isso. **Prof. 2 -** Positivos: ele está inserido no contexto e ele não se sentir como ser diferente das outras pessoas. Negativos: é essa questão que nós precisaríamos de mais suporte para trabalhar com eles, que tipo de suporte, por exemplo material diferenciado. Que quando o aluno tivesse que trabalhar com recorte, com alguma, tiver sempre um cuidador por perto, porque ele poderia se machucar. Aquele suporte também das nossas dificuldades quanto a trabalhar com determinado material porque é falado algo, mas é falado muito superficial; falado de uma maneira geral. O professor por disciplina, ele tem aquele suporte adequado pra disciplina dele, ele tem um suporte geral para todos os professores, então está faltando isso. Essa seria uma queixa. **Prof. 3 -** Os aspectos negativos estão ligados à falta de capacitação destinadas ao professor. E positivos, é que o ensino inclusivo insere o aluno no meio dos demais, socializando-os.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 12. Você deseja fazer alguma consideração sobre essa experiência que teve com a educação inclusiva?	**Prof. 1 -** Eu acredito que o professor tem várias profissões articuladas a uma só, então quando se vê no lugar do outro, às vezes observamos algumas situações como o aluno ser desconsiderado dentro da sala de aula. Quando eu não trago um trabalho para ele, eu estou deixando-o a parte dos demais alunos. Não está acontecendo a inclusão, e é muito importante poder acolher todos, mas para isso precisamos ter suporte e meios para garantir isso. **Prof. 2 -** Que o governo começando de federal, estadual e municipal, pudessem nos dar um suporte maior, através de, eu não sei, como seria isso, mas que nós tivéssemos uma preparação adequada, que nós fossemos capacitados por área de disciplina e que a gente tivesse se sentindo, que a nossa capacidade não ficasse só através das apostilas. Eu confesso que eu tenho dificuldade de trabalhar por exemplo de que maneira os jogos, eles podem; até que ponto os jogos podem ser desenvolvidos com aquele aluno com deficiência intelectual, consiga estabelecer uma relação de compreensão. **Prof. 3 -** Sinto dificuldades por não saber realmente se há um acompanhamento da família, para o melhor desenvolvimento desse aluno.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Na questão 12 (quadro 5) abriu-se um parêntese para que as participantes pudessem expor suas considerações sobre a educação inclusiva. A **PROF. 1** acredita que o professor tem várias funções quando atende um aluno com especificidade e mais uma vez cita sentir-se insatisfeita quando não consegue elaborar um trabalho para esse aluno, diz não haver de fato a inclusão e afirma precisar de suporte e meios para que isso possa acontecer.
A **PROF. 2** gostaria que as esferas governamentais pudessem dar um maior apoio aos professores capacitados não no contexto geral, mas por área de disciplina, que cada professor seja assistido e orientado de acordo com o componente que ministra em sala. E a **PROF. 3** expressa seus anseios relativos à participação da família no desenvolvimento e assistência do aluno. Nesta questão as participantes puderam relatar alguns de seus anseios e expectativas de melhorias.

Quadro 6. Entrevista com os professores, questões de 13 a 15.

Questão 13. Como tem sido a participação da família no processo de inclusão? Colaboradora ou motivo de impedimento?	**Prof. 1 -** No momento pandêmico que vivemos, eu tive contato com a família, no entanto eu sinto que a dinâmica poderia ter sido melhor, a interação da família poderia ter sido melhor. Ficou um pouco a desejar. Eu sinto necessidade da família se fazer mais presente. **Prof. 2 -** Olha, graças a Deus, os alunos que eu tenho pelo menos nos últimos anos, tem participado bastante. Eles se preocupam com a chegada, com a permanência, como é que está sendo trabalhado. Eles têm dado uma devolutiva das atividades, a família tem sido essencial nesse processo. **Prof. 3 -** Não percebo essa interação.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 14. Como professor e família podem trabalhar juntos na construção dessa inclusão?	**Prof. 1 -** Precisa ser dois elos, a família por acompanhar a criança desde pequena, já sabe lhe dar com as necessidades da criança de forma mais específica. Quando a família se faz presente o processo de interação dos alunos e torna mais rápido, agilizando também o desenvolvimento dentro de sala. A família é essencial nesse processo. **Prof. 2 -** Acho que é através da conversação, através da troca de informações. O professor passando para o coordenador do AEE e o coordenador para família e quando tivesse reuniões, que essas reuniões fossem com o professor, fossem com os pais e para que a gente pudesse estabelecer até onde o pai faz ou ajuda a fazer ou se ele faz pelo aluno. **Prof. 3 -** Fazendo parcerias e dialogando sobre as dificuldades e acertos desses alunos.
Questão 15. Qual é a participação dos pais dos alunos com deficiência, no atendimento, no	**Prof. 1 -** Ainda precisa ser mais presente. **Prof. 2 -** Então eu acho que a escola poderia sim dá uma aproximação maior. Já tem, mas poderia dar uma aproximação maior. **Prof. 3 -** Segundo o AEE os pais aparecem não tão frequentemente.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

As questões 13, 14 e 15 (quadro 6) referem-se à participação da família na educação inclusiva, a relação professor/ família e de que forma essa parceria deve ocorrer. Na questão 13, a **PROF. 3** diz não perceber a interação da família e a **PROF. 1** relatou que apesar de participação, viu a necessidade de haver mais interação; apenas a **PROF. 2** afirma ter uma boa interação da família.
Na questão 14 (quadro 6), todas as participantes acreditam ser essencial a participação da família, que está relação pode ocorrer através de mais diálogos e momentos de interação direta entre professores e família. Na questão 15 (quadro 6), as professoras manifestam o desejo de que a família se faça mais presente. Analisando as respostas é possível identificar como a família é importante nesse processo e de acordo com Rosal (2000, p. 128) a importância da participação da família parte do princípio de que:

> É preciso que se dê condições aos professores, alunos, pais e a comunidade escolar como um todo. Não basta incluir, matricular o aluno especial na escola. É preciso que esteja claro para a comunidade escolar o modo como vai se processar a inclusão, que vai muito além de uma simples inserção física, saber o que estamos querendo com essas crianças, o que ela espera de nós, quais são suas expectativas, que objetivos temos em relação a ela e para que e por que iremos formá-la no 1º e 2º Graus.

Quadro 7. Entrevista com os professores, questão 16.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 16. Como tem sido para você atuar com a educação inclusiva nesse momento pandêmico?	**Prof. 1 -** Dificuldade, talvez pela carência da presença da família, houve uma barreira bem grande. Não só a educação inclusiva, mas a educação no geral, vi o quanto a presença dos pais e/ou responsáveis era necessário na questão do aprendizado. A participação da família era fundamental, pois era necessário estipular horários, cobrar mais empenho dos alunos nas realizações das atividades, então deixou um pouco a desejar. **Prof. 2 -** Bem difícil, bem difícil. Como eu falei, eu já tive dois alunos e sem ter conhecimento assim do que trabalhar com eles eu tive que através das leituras e de relatórios antigos. Era como se fosse um cego no escuro, sem treinamento para como lhe dar com essas diferenças, então a gente se transforma em mil, porque a gente tem que fazer o planejamento dele, que a gente imagina que ele vai entender. Porque a gente não está perto, então com a volta já melhorou bastante e eu espero em Deus que cada dia melhore mais. **Prof. 3 -** Bem difícil, pois não há retorno das atividades desenvolvidas.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Em março de 2020 as instituições de ensino, tanto públicas como privadas, tiveram suas atividades presenciais bruscamente suspensas, fato que se deu em virtude da pandemia do COVID-19 que, infelizmente, ainda assola a humanidade impedindo o retorno presencial de diversas instituições. Professores se depararam com uma situação que formação inicial ou continuada não os havia preparado, tiveram que repensar suas práticas pedagógicas, rever seus currículos e inovar seus métodos de ensino para se adaptar ao ensino remoto.
De acordo com Dias (2021) a educação como um todo foi afetada, independentemente da rede de ensino, gerando uma preocupação com o déficit de aprendizagem. Sendo algo de grande importância, na questão 16 (quadro 7) indagou-se as participantes sobre como tem sido atuar com a educação inclusiva no atual momento pandêmico? Todas relatam ter sido bem difícil, considerando que as famílias poderiam ter se feito mais presentes nesse período, que houvesse uma maior devolutiva das atividades e consequentemente a falta que o conhecimento de quanto o aluno estava avançando em seu aprendizado uma vez que não podiam diagnosticar suas reais dificuldades.
É notório que mesmo em situações "normais" a educação inclusiva tem dificuldades de ser realizada, e através das entrevistas foi possível entender um pouco como os professores têm encarado o desafio de associar a educação inclusiva e o ensino remoto nesse momento pandêmico. Nesse sentido, a educação inclusiva é um sinalizador potente de problematização em relação às efetivações de suas práticas no que assegura a legislação.

3.4 ENTREVISTA REALIZADA JUNTA GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA PESQUISADA

Na questão 1 (quadro 8) a participante elucida sobre a definição de educação inclusiva na sua opinião, embora a pesquisa trate da educação inclusiva no que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais, ela traz um contexto geral definindo também a educação inclusiva de gênero, étnica, cultural, entre outros, o que de fato é importante salientar também; que todos, independentemente de qualquer situação, têm direito a frequentar o ensino regular. Assim como afirma Carvalho (2000) que, a educação inclusiva está relacionada às práticas de inclusão de todos os tipos de alunos sem que para tanto sejam considerados os seus talentos, suas deficiências, origem socioeconômica ou aspectos culturais.
Nas questões 2 e 3 (quadro 8) a participante alega ter tido contato com a temática em sua formação inicial, através de dois componentes curriculares, e de ter realizado uma formação em 2021. Enfatiza que apesar de ter estudado sobre a temática foi algo bem teórico, não capacitando para a demanda que a educação inclusiva exige, é prática que vão se desenvolvendo as experiências e aprendizagens.

Quadro 8. Entrevista realizada juntos a gestão pedagógica (coordenação Atendimento Educacional Especializado) da escola pesquisada, questões 1 a 5.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 1. O que você define por educação inclusiva?	**Coord.** A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.
Questão 2. Em sua formação inicial a temática sobre educação inclusiva já era abordada?	**Coord.** Sim, no curso de pedagogia na faculdade que cursei disponibilizaram duas disciplinas: Educação Especial e Inclusiva e Libras, porém ressalto que a teoria que os cursos de graduação nos oferecem, nos dar somente o embasamento teórico e só isso não nos capacita para atender a demanda da educação especial dentro da escola porque na prática devemos buscar mais formações, informações e atitudes para que de fato possamos direcionar ações e formações inclusivas na escola.
Questão 3. Você realizou alguma capacitação ou formação continuada envolvendo a temática?	**Coord.** Sim, no ano de 2021 sobre adaptação curricular na educação especial, incluindo a palestra de um terapeuta ocupacional da rede pública da cidade de Macapá.
Questão 4. Qual sua opinião sobre a educação inclusiva no ensino regular?	**Coord.** O maior ganho que uma criança atípica (c/ deficiência) tem ao poder ingressar no ensino regular a interação com os demais alunos. Ela amplia suas referências, ganha uma nova versão do mundo, com o tempo ela consegue interagir em diversas situações cotidianas e passa a conhecer novas realidades.
Questão 5. Na sua escola há/ houve casos de inclusão?	**Coord.** A escola estar diariamente buscando em suas práticas viabilizar o processo de inclusão escolar, pois ela busca sempre estar atenta às interações interativas. Sendo que na prática reforçamos os conceitos básicos de integração, atenção, carinho, atenção e respeito às diferenças, de forma que professores, direção, pais e comunidade alunos também mobilizados em prol de um mesmo.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Através das questões 4 e 5 (quadro 8) a participante denota que a escola busca sempre meios de estar preparada para receber, assistir, manter o aluno ativo e ter o compromisso com seu aprendizado. Uma vez que ela considera um ganho para o aluno o direito de estar inserido no contexto educacional do ensino regular. Que segundo Stainback (1999), o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação regular é importante para promover a diversidade, proporcionando o contato direto entre as diferenças que geralmente traz benefícios para todos, pois essa prática estimula a solidariedade e o cultivo de valores nobres frente as relações humanas.

Quadro 9. Entrevista realizada juntos a gestão pedagógica (coordenação Atendimento Educacional Especializado) da escola pesquisada, questões 6 a 9.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 6. Existe um projeto para educação inclusiva?	**Coord.** Não, somente calendário inclusivo, pois a escola entende que a inclusão de fato se faz com a participação dos nossos atípicos nos projetos gerais da nossa escola juntamente com os demais alunos típicos (s/ deficiência).
Questão 7. Como transformar a escola em um ambiente inclusivo?	**Coord.** Não existe de fato uma receita pronta para se trabalhar a inclusão dentro da escola, o que existe de fato são ações prática da coordenação pedagógica que possam viabilizar esse ambiente inclusivo como: ● Formação dos professores do AEE, sala regular, funcionários da escola. ● Incentivar os alunos típicos a participar do processor de inclusão por meio de intervenções da equipe da educação especial nas salas de aula regular. ● Reservar na escola ou dentro da própria sala de aula regular um cantinho para que o aluno atípico possa se acalmar ou se regular sensorialmente no caso dos alunos no espectro autismo. ● Precisa se conhecer os tipos de deficiências existentes na escola. ● Orientações aos professores e demais funcionários a usar sinais não verbais com alunos atípicos que não se comunicam verbalmente. ● Estimular durante as aulas e no atendimento na sala multidisciplinar (AEE) atividades que viabilizem a independência dos alunos atípicos. ● Criar um plano educacional individualizado (PEI) para os alunos com necessidades educativas. ● Construir um currículo multidisciplinar que atenda os alunos atípico e típico.
Questão 8. A Secretaria de Educação do Município colabora para a realização da prática inclusiva na escola?	**Coord.** Sim, temos uma coordenadora na secretária municipal de educação de Porto Grande exclusiva da educação especial que já iniciou com excelência o trabalho de organização e direcionamentos deste segmento, além de dar suporte a coordenação pedagógica e as professoras especialistas (AEE) sempre que precisamos.
Questão 9. Quais aspectos você indicaria como positivos e negativos quanto a inclusão educacional?	**Coord.** Não podemos apontar os aspectos negativos ou positivos da educação especial dentro da escola, o que se pode fazer com em qualquer outro segmento é diagnosticar as problemáticas e saná-las.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Ao ser indagada se há projetos voltados diretamente para a educação inclusiva na escola (quadro 9 - questão 6) a coordenadora afirma que não, enfatizando que a escola acredita que para haver de fato a inclusão os alunos atípicos devem ser inseridos dentro dos projetos da escola em conjunto com os alunos típicos.
Afirma também que não há uma "receita pronta" para se transformar a escola em um ambiente inclusivo (quadro 9 - questão 7), mas enumera alguns pontos que podem ser considerados dentro da escola para que ela possa atender as necessidades dos alunos atípicos. Guimarães (2002) considere que, a adaptação dos alunos especiais somente será

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

possível quando as escolas adaptarem os seus currículos, deixando-os mais flexíveis, dinâmicos possibilitando ampliações e alterações para que estes se adéquem às particularidades de todos os alunos.

A participante afirma que a mantenedora colabora com a prática da educação inclusiva, que dentro da Secretaria de Educação do município há uma coordenadora exclusiva para a educação inclusiva, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento dessa educação na escola (questão 8).

Na questão 9 (quadro 9) solicitou-se que a participante apontasse os pontos positivos e negativos da educação inclusiva, porém ela considera que não se pode apontar esses pontos, afirma que o deve ser feito é identificar as problemáticas e saná-las. Analisando a resposta da coordenadora e das professoras e possível perceber uma enorme diferença; uma vez que as professoras apontaram tanto pontos positivos como negativos, sendo que nos negativos pontuaram situações que afetam seu cotidiano em sala de aula.

Quadro 10. Entrevista realizada juntos a gestão pedagógica (coordenação Atendimento Educacional Especializado) da escola pesquisada, questões 10 a 12.

Questão 10. Como tem sido a participação da família no processo de inclusão? Colaboradora ou motivo de impedimento?	**Coord.** Sim, contamos com a presença, participação e ajuda das famílias dos nossos atípicos e estamos sempre em contato pelo whats ou pessoalmente na escola, entretanto quando temos situações em que a família passa a ser mais ausente sempre buscamos estratégias para trazer novamente esse pai ou responsável para junto da escola.
Questão 11. Sabemos que a família deve ser parceira da escola durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Como fazer com que pais de crianças com necessidades educativas especiais aceitem que a criança tem dificuldades e necessita de ajuda?	**Coord.** Formando, informando e acolhendo esses pais ou responsáveis.
Questão 12. Como a escola tem agido diante desse momento pandêmico em relação à educação inclusiva?	**Coord.** Durante o período de pandêmico as aulas foram remotas, onde contamos com a parceria da família que durante esse período se mostrou bastante envolvidas na hora de realizar as atividades adaptadas com seus filhos e gravar os vídeos durante a realização dessas atividades para serem enviados para os seus respectivos professores.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

As questões 10 e 11 (quadro 10) tratam sobre a participação da família na educação inclusiva, que segundo a coordenadora são presentes e participativas, mas quando isso não ocorre a escola busca meios de trazer a família para junto dela,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

através de formação, informação e acolhimento, uma vez que a presença da família nesse processo é elementar para que haja sucesso no que tange a inclusão.

Respondendo à questão 12 (quadro 10) a participante relata que durante o período pandêmico a escola manteve as atividades remotas, obedecendo as leis vigentes, e nesse contexto a coordenadora afirma que a família foi participativa o que contribuiu significativamente para que a educação não ficasse tão defasada. Os pais e/ou responsáveis foram parceiros da escola cumprindo com as devolutivas das atividades, colaborando para que em um momento tão difícil, a educação não fosse deveras afetada.

Ficou evidente através da entrevista com a coordenadora que a escola busca atender da melhor forma seus alunos atípicos, buscando meios de integrá-los e de que de fato sintam-se integrados, aproximando-se o máximo da educação inclusiva que teoricamente é definida.

3.5 ENTREVISTA REALIZADA JUNTO A FAMÍLIA DOS ALUNOS QUE POSSUEM LAUDOS DA ESCOLA PESQUISADA.

A participante relata que foi muito difícil quando sua filha foi diagnosticada com TEA, sendo sua primeira filha e sem orientação alguma sobre esse transtorno. Relata ter entrado em desespero quando a médica começou a estabelecer limitações, uma de suas principais preocupações foi quando a médica disse que sua filha não aprenderia nada.

Facion (2008), explica que os pais passam por algumas fases. Inicialmente acontece o impacto da notícia, em seguida sofrem porque não teve o filho ideal, surgem medos, angústias pessimismo, porém normalmente são superados pelo amor que sentem pela criança e o desejo de lutar por ela. A participante afirma que após a criança ter sido ser encaminhada para receber atendimento especializado, ela começou a aprender como agir diante das situações e percebeu que sua filha teria sim capacidade para aprender.

Quadro 11. Entrevista com as famílias dos alunos com laudo.

Qual a deficiência do(a) seu(sua) filho(a):	**Família:** Autismo
Há quanto tempo seu(sua) filho(a) estuda nesta escola:	**Família:** 8 anos
Quantos anos o(a) seu(sua) filho(a) tem:	**Família:** 11 anos
Questão 1. Para você o que significa ter um filho com necessidades educacionais especiais? Como foi descobrir que seu filho possuía essas necessidades?	**Família:** Foi desde bebezinha que eu percebi, mas só que eu não sabia o que era autista, não sabia o que era autismo. Foi aí que eu vi na reportagem do Fantástico que eles estavam falando sobre o que é autismo, aí foi que eu vi que todos os sinais se encaixavam na minha filha, foi aí que eu fui começar a procurar a ajuda, procurei um neuropediatra, daí que ele pediu para fazer alguns exames e me encaminhou para o Raimundo Nonato aí ela começou a fazer as terapias dela lá. Eu fiquei triste muito triste, chorei muito porque foi minha primeira filha, chorei porque eu não tinha uma ideia e ainda mais a doutora falou que ela não ia falar, ela não ia aprender nada, falou que não ia aprender nada, aí fiquei desesperada. Aí depois que ela vai fazendo os atendimentos, eu vou aprendendo a lhe dar, eu vi sim que ela pode sim aprender as coisas. Falou até que ela não ia andar, falou um monte de coisa.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 2. Você possui algum laudo médico que comprova a deficiência do seu filho?	**Família:** Possui sim laudo.
Questão 3. Como é o seu dia a dia, casa, trabalho, os cuidados com o seu filho?	**Família:** É corrido, é complicado por causa da bebezinha.
Questão 4. Qual foi a principal preocupação/foco ao procurar uma escola inclusiva para matricular o seu filho?	**Família:** Eu queria que ela aprendesse, ela conseguir aprender. No caso tem professor que eles não ligam, vê a criança lá e não passam nada, deixam só a criança brincando lá e não passa nada. Já teve situação aí no Acre já, aí que eu pegava no pé da professora, porque ela chegava sem nada no caderno. Aí eu perguntava "Mas professora o que ela fez a manhã todinha?", ela falou "Ah! Eu fiz um negócio com ela, aí ficou aqui eu não mandei". Eu não sei nem se ela fez mesmo, aí eu comecei a pegar no pé, aí que elas começaram já. Agora tem professora que não, que não me deu esse trabalho. Fazia trabalho com ela direitinho, procurava, pesquisava. Tem muita professora boa aí, mas tem umas que "hum".
Questão 5. Qual o seu ponto de vista em relação ao acolhimento e a aceitação do seu filho na escola regular?	**Família:** Foi bem aceita, os colegas gostam muito dela, ela foi bem aceita sim.
Questão 6. Que benefícios à inclusão têm trazido ao seu filho?	**Família:** Teve muitos benefícios, quando ela começou a estudar ela mudou muito. Ela ficava só mais em casa, porque eu não sou muito de sair assim, coisa mais difícil é eu sair. E ela gosta de ir para a escola. Olha, ontem a gente não foi porque choveu muito e eu não quis levar e ela me cobrou, me cobrou "pra escola, pra escola, pra escola", eu disse "minha filha hoje tá chovendo muito, não dá pra te levar".
Questão 7. Como é compromisso dos profissionais da educação no acompanhamento da aprendizagem do seu filho?	**Família:** Eles têm compromisso, eles a acompanham direitinho.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Questão 8. Em sua opinião, professor do seu filho está preparado para a inclusão? Por quê?	**Família:** Logo de início eu percebi, fiquei assim. Mas eles estão se esforçando, tem uns que já fizeram uma apostila para ela já separada; porque a dela, a atividade dela tem que ser diferenciada dos outros. Aí tem muitos que estão fazendo, tem outros que não, eu tô esperando eles fazerem alguma coisa diferente pra dá pra ela. Mas tem uns professores que estão fazendo já.
Questão 9. Você como parte integrante da família tem sido uma parceira do professor frente ao processo educacional da criança?	**Família:** Tenho, sou bem presente converso com eles.
Questão 10. Como você define o aprendizado do seu filho diante do atual momento, em relação ao ensino remoto, por conta da pandemia do COVID-19?	**Família:** Nesses dois anos era eu que ficava ensinando-a, o professor passava a atividade lá, aí eu pegava e ficava fazendo com ela aqui. Teve alguns que eu gravava vídeo, mandava pra professora; gravava ela fazendo a atividade que ela passava muita leitura pra ela ir desenvolvendo a leitura, ela já tá quase lendo, mais ainda não tá bem lendo, mas ela já vai juntando. Falta bem pouquinho pra ela ler. Nesse tempo ela conseguiu desenvolver bem.

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: Dados da entrevista realizada aos professores, 2022.

Ao ser indagada sobre o motivo pelo qual buscou uma escola inclusiva para matricular sua filha, a participante alega que queria que sua filha aprendesse, que conseguisse aprender, afirma que alguns professores são atenciosos e buscam inserir a criança no contexto educacional regular, efetivando a inclusão, mas também afirma que outros foram insuficientes, através de seu relato é possível observar que seu intuito também é poder inserir a criança no meio social. De acordo com as orientações descritas no art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):

> As escolas precisam fornecer às pessoas com dificuldades de aprendizagem uma educação apropriada, incluindo bons sistemas escolares, bons profissionais que se dediquem ao diagnóstico cuidadoso e ao atendimento remediador de qualidade (BRASIL, 1996).

Rosa (2003, p. 138) afirma que um dos princípios fundamentais da escola inclusiva é que "[...] todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade ou diferenças que ela pode ter. Só assim haverá a possibilidade de se assegurar uma educação de qualidade a todos".
Desta forma, não se trata apenas de colocar uma criança com alguma limitação física ou intelectual em uma sala de aula e esperar que tudo vai dê certo de forma automática. Também, não se trata de isolar o aluno juntamente com outros em situação semelhante. Trata-se, na verdade, de buscar o aprendizado juntos, respeitando as diferenças e sem cair no primarismo de simplesmente aprovar o aluno sem oferecer as condições para que ele aprenda a lidar com suas particularidades.
A participante alega que a aluna foi bem aceita na escola, por seus colegas e que estar inserida no ensino regular através da educação inclusiva trouxe muitos benefícios para ela, principalmente sociais. Afirma também que os professores acompanham atualmente bem o desenvolvimento da aluna e tem compromisso com o aprendizado dela; inicialmente percebeu haver algumas dificuldades, mas considera que os professores estão se esforçando, elaborando apostilas com atividades diferenciadas.
A participação da família no contexto da educação inclusiva é um fator muito citado para a efetividade da educação

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

inclusiva, família e escola devem ser parceiras nesse processo, Melo (2013, p. 4), afirma que "[...] é através da união da família e da escola que se faz possível um melhor desenvolvimento do aluno com deficiência, uma vez que um irá complementar e apoiar a ação do outro". Nesse contexto a mãe da aluna afirma ser participativa no desenvolvimento escolar da aluna, sendo ativa na escola.

Nos dois anos de afastamento por conta da pandemia do COVID-19, as atividades foram desenvolvidas de forma remota, a mãe da aluna relata ter desenvolvido com ela as atividades em casa, ter gravado vídeos para apresentar a professora e afirma ainda que a aluna foi capaz de apresentar um desenvolvimento satisfatório. A relação família/escola foi fundamental para a progressão do ensino-aprendizagem da aluna.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva é um processo que valoriza as diferenças, que envolve compromisso político e ações em direção à aprendizagem, envolvendo estratégias didático- metodológicas que contribuem para a formação dos indivíduos, no qual todos conseguem aprender, estando diretamente ligada a qualidade da educação ofertada a todo e qualquer indivíduo. Nesse caso, destaca-se a responsabilidade da escola no que se refere ao planejamento das estratégias para responder as demandas, retirando-se o foco sobre as dificuldades individuais.

A Educação Inclusiva, como política educacional, baseada na diversidade e heterogeneidade existente na sociedade e, consequentemente na escola, pressupõe e deve contemplar todas as crianças, jovens e adultos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, sendo este o seu princípio, independentemente da natureza e/ou grau de severidade das suas limitações ou potencialidades, dando-se preferência a que esse atendimento aconteça nas classes regulares, com o apoio dos serviços da educação especial. Para tanto, demanda-se uma reorganização da estrutura da escola e da cultura escolar visando oferecer um ensino de qualidade para todos, que atenda as diversidades e diferenças, como referem-se as bases legais, contudo a realidade de cada instituição de ensino jamais deve ser ignorada.

Importante salientar também que a inclusão educacional não se limita somente ao reconhecimento das diferenças e ao direito à matrícula e frequência dos alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares de ensino. Ela vai além e propõe a eliminação de obstáculos e barreiras que impeçam ou dificultem o sucesso dos educandos na aprendizagem e a sua participação efetiva na sociedade, sendo imprescindíveis, sempre que necessárias, modificações físicas, adaptações curriculares significativas, implementação de estratégias pedagógicas, organização da sala de aula, a fim de que todos sejam favorecidos. Outro fator elementar e relevante é a relação entre família e escola que devem estar unidas em prol do desenvolvimento do indivíduo, por ser tratar das duas entidades mais importantes na vida da criança.

A pesquisa evidenciou pontos de vistas que hora se cruzavam e hora tomavam caminhos diferentes, revelou que a adaptação dos alunos especiais depende em grande parte das adaptações dos recursos materiais, didáticos, do comportamento e aceitação da comunidade escolar para com esses alunos, tornando o ambiente apto para acolhê-los. Nesse aspecto, a participação direta dos pais e profissionais da educação é fundamental para o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem, estimulando, incentivando a autonomia e o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais num ambiente de inclusão.

Revelou os anseios e dificuldades que alguns professores sentem no momento de ministrar suas aulas e conseguir inserir os alunos com especificidades nelas, por sentirem a falta de orientação que atenda a demanda por componente curricular. Revelou como a relação entre família e escola colabora para a efetividade da inclusão.

Apesar das dificuldades encontradas, a inclusão abriu a percepção de todos para o valor e importância da diversidade como fonte de desenvolvimento mútuo e respeito às diferenças. A aguardada inclusão dependerá de novos métodos e processos avaliativos que contemplem as capacidades e particularidades de cada tipo de aluno, uma vez que a mensuração do rendimento entre alunos típicos e atípicos, não pode seguir os mesmos métodos com pena de se transformar em mais um mecanismo de segregação e evidenciação das diferenças.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede,** v.7, n.1, p. 257-275, mai. 2020.

BRANDENBURG, Laude Erandi. LÜCKMEIER, Cristina. A História da Inclusão x Exclusão Social na Perspectiva da Educação Inclusiva. Congresso Estadual de Teologia, 1., 2013, São Leopoldo. **Anais do Congresso Estadual de Teologia.** São Leopoldo: EST, v. 1, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em 10 abril 2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Cartilha_Educao_inclusiva_lI_2_EDIO_DIA_29-03, disponível no site www.mppe.mp.br. Acessado em 03 de janeiro de 2022.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

DIAS. E. A. **Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. Revista ensaio**, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xtsmMwsHtnb366YzCh9zQrC/?lang=pt. Acessado em: 04 fev. 2022.

FACION, José Raimundo(org) **Inclusão escolar e suas implicações.**

GONÇALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.

GIUNTA, Elaine; LINHARES, Clarice Schneider. **A Democratização da Escola através da Participação Efetiva da Comunidade Escolar**. PDE - Programa de Formação Continuada do Estado do Paraná, 2009.

INGLES, M. A. et al. Revisão Sistemática Acerca das Políticas de Educação Inclusiva para a Formação de Professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.,** Marília, v. 20, n. 3, p. 461-478, jul.- set. 2014

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014

MANTOAN, M.T.E**. Inclusão Escolar**: o que é, por que, como fazer. São Paulo, Summus, 2015.

MERCADANTE, M. T. et al. Transtornos invasivos do desenvolvimento nãoautísticos: síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação. Revista Brasileira de Psiquiatria., São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s12-s20, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NICOLINI, C.; MEDEIROS, K. E. G. Percepções e narrativas de estudantes da educação básica de Goiás sobre o ensino remoto emergencial. **Encontro nacional perspectivas do ensino de história** -PERSPECTIVAS WEB 2020, 11., 2020, Ponta Grossa.Anais [...]. Ponta Grossa:ABEH, 2020. p. 1-13.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

PAPIM. Angelo Antonio Puzipe; ARAÚJO. Mariane Andreuzzi; PAIXÃO. Kátia de Moura Graça; SILVA. Glacielma de Fátima. **Inclusão Escolar:** perspectivas e práticas pedagógicas

REGO, T. C. **Memórias de escola:** Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROSAL, Fátima Berretta. **Escola regular de ensino:** um desafio à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. (Dissertação de Mestrado) Especialização em Alfabetização e Ensino Básico. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2000. Disponível em: Acesso em 10 abril 2022.

SASSAKI, Romeo. Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

SASSAKI, R. K. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: ATMEA, 1999. ZANELLA, Andrea; et al. Participação dos Pais na Escola: Diferentes Expectativas. In:

_____. **Psicologia e Práticas Sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.